

01 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

# TJ suspende liminar que ordenava mais efetivo para Polícia Civil

**NEGATIVA**

**TJ** suspende liminar que obrigava Estado a dobrar efetivo da Polícia Civil em Londrina e Tamarana.

Desembargador diz que problema não é exclusivo da região

**Celso Felizardo**

*Reportagem Local*

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu esta semana a liminar da 2ª Vara de Fazenda Pública de Londrina que obrigava o governo estadual a dobrar o efetivo da Polícia Civil na Comarca de Londrina, que também abrange Tamarana. O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos acatou os argumentos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) de que a decisão da primeira instância poderia "causar lesão à ordem, à segurança e à economia".

A PGE expôs ainda que a ordem judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública ofende o princípio da separação dos poderes e que o Estado está empenhado em equacionar a Segurança Pública, com recentes nomeações de 2,2 mil policiais militares, 608 bombeiros e 64 delegados para atuar no Paraná. "A interferência na localidade das nomeações é indicativo

**" A resolução deste problema não pode se dar nestes moldes"**

de desconhecimento da situação do Estado", aponta a PGE.

O desembargador discorre que os problemas expostos não são exclusivos de Londrina e que a solução dada em primeiro grau só deslocaria o problema. "Não se nega a necessidade de garantir que todos os municípios sejam dotados de Polícia Judiciária apta ao desempenho ideal de suas atribuições. No entanto, a resolução deste problema não pode se dar nestes moldes. Há necessidade de que isso seja feito conforme os recursos materiais e humanos disponíveis, envolvendo uma verdadeira reestruturação do sistema no Estado, com reflexos em todo o contingente policial."

A liminar tinha como base uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em Londrina, no dia 25 de fevereiro. A ação foi parcialmente aceita pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, há 20 dias. A promotora cobrava três delegados exclusivos para o plantão da 10ª Subdivisão Policial (SDP); um para cada um dos seis distritos; um delegado

exclusivo para a Delegacia de Trânsito; um para completar o quadro da Divisão Estadual de Narcóticos (Denarc); um para Tamarana, um para casos de violência doméstica e outro para a Delegacia de Homicídios.

O número de investigadores e escrivães também seria duplicado, além da reativação da Delegacia de Tamarana. Atualmente, há 14 delegados, 29 escrivães e 124 investigadores na comarca. Todos trabalham em Londrina, porque a Delegacia de Tamarana está fechada há cinco anos.

O Ministério Público ainda pode recorrer da decisão. A promotora Cláudia Piovezan, autora da ação civil pública, ressaltou que a decisão refere-se apenas à liminar e não ao mérito e disse que a ação "está apenas começando".

01 ABR 2016

# FOLHA DE LONDRINA

# STF decide que

# investigação sobre

# Lula ficará na Corte

Por 8 a 2, ministros do Supremo confirmam liminar de Teori Zavascki que retira do juiz Sérgio Moro investigações contra o ex-presidente

*STF vai decidir, nas próximas semanas, se é válida a posse de Lula como ministro-chefe da Casa Civil*

Gustavo Aguiar e  
Beatriz Bulla  
Agência Estado

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por oito votos a dois, confirmar ontem a liminar do ministro Teori Zavascki ordenando que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, remeta ao STF as interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todas as investigações correlatas. Nos áudios interceptados, Lula aparece conversando com vários interlocutores que só podem ser investigados pelo Supremo, como a presidente Dilma Rousseff. Zavascki reiterou que, quando há envolvimento de autoridade com foro privilegiado em investigação conduzida por uma instância inferior, os autos devem ser enviados à Suprema Corte. "Quem tem que decidir isso é o Supremo. Não se pode tirar do Supremo

essa competência. É o Supremo que tem que fazer esse juízo", afirmou Zavascki.

No julgamento, o STF não entrou no debate sobre qual parte das investigações de Lula deve ficar com Moro e quais trechos são de competência do STF. Isso será feito em momento posterior. Agora, os ministros apenas confirmam a liminar de Teori para manter, por enquanto, as investigações no Tribunal até que a Corte delibere sobre o desmembramento. O STF ainda tem de decidir, nas próximas semanas, se é válida a posse do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil.

Acompanharam Teori os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. O ministro Gilmar Mendes não estava presente no julgamento. Apenas os ministros Luiz Fux e Marco

Aurélio Mello discordaram parcialmente da decisão de referendar a liminar.

Ambos defenderam que, como Lula não tem foro privilegiado, as investigações contra ele deveriam ser mantidas em Curitiba, e Moro deveria enviar a Brasília apenas as partes que envolvam Dilma e outras autoridades com prerrogativa de serem investigadas pelo Supremo. Fux e Mello concordaram, no entanto, que Moro não poderia ter divulgado os áudios.

"Não há justificativa plausível para uma divulgação como a que ocorreu nesse processo, divulgação que a meu ver colocou mais lenha em uma fogueira cuja chama já estava muito alta em prejuízo da nacionalidade, da paz social, da segurança jurídica", disse Mello sobre o caso.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

01 ABR 2016

Fux defendeu a atuação de Moro no caso e sustentou que Dilma não estava sendo investigada. No entanto, ele admitiu que, caso a presidente tenha sido interceptada sem autorização do Supremo, a gravação deve ser anulada. “É evidente é que se houvesse algum procedimento, essa interceptação em relação à presidente da República teria que ser nulificada, porque não foi obtida com autorização do Supremo Tribunal Federal”, disse.

## VIOLAÇÕES

Em defesa da presidente Dilma, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, disse que apesar da atuação “abnegada” de Moro, a decisão do juiz de manter os grampos viola a Constituição. “Na medida em que alvos interceptados se comunicaram com Dilma, Moro deveria ter encaminhado os autos ao STF, e não o fez”, alegou. O ministro defendeu que violações não precisam ser feitas para que crimes sejam combatidos.

Embora este não fosse o assunto do julgamento desta quinta, Zavascki adiantou que será difícil confirmar a validade da gravação da conversa entre Lula e Dilma como prova. “Uma das mais importantes conversas tornadas públicas foi gravada depois de ter sido suspensa a ordem de interceptação, de modo que será muito difícil convalidar a validade desta prova”, disse.

O ministro defendeu que a coleta de provas na Lava Jato seja feita sem violação da Constituição para evitar nulidade nos processos.

“Eventuais excessos que se possam cometer com a melhor das intervenções de se apressar o desfecho das investigações, nós já vimos esse filme e isso pode reverter justamente no resultado contrário. Não será a primeira vez. Por força de cometimento de ilegalidades no curso das investigações, o Judiciário já anulou outros procedimentos”, afirmou.

Teori confirmou já ter recebido de Moro os autos que estavam em Curitiba sobre o ex-presidente, e agora vai dar vista dos documentos à Procuradoria-Geral da República (PGR) para manifestação. A Corte autorizou que o envio seja feito mesmo antes da publicação do resumo do julgamento de ontem.

01 ABR 2016

FOLHA DE LONDRINA

# PF pede indiciamento de Gleisi e Paulo Bernardo

Márcio Falcão e  
Gabriel Mascarenhas  
*Folhapress*

**Brasília** - A Polícia Federal (PF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o indiciamento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e do ex-ministro Paulo Bernardo, seu marido, por suspeita de terem recebido R\$ 1 milhão no esquema de corrupção da Petrobras. A reportagem apurou que a PF se baseia, entre outros pontos da investigação, nas informações prestadas por Antonio Carlos Fioravante Pieruccini, investigado pela Operação Lava Jato e que firmou um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Ele contou em depoimentos que fez quatro entregas de dinheiro a Ernesto Kougler Rodrigues, empresário ligado ao PT do Paraná, estado de Gleisi e Bernardo.

Os repasses, segundo ele, foram feitos entre agosto e outubro de 2010, em diferentes endereços de Curitiba e São Paulo. A PF foi aos locais apontados pelo delator e confirmou que eram residências de Ernesto Rodrigues ou empresas das quais ele era sócio.

A Polícia Federal identificou ainda 25 ligações telefônicas entre Rodrigues e o tesoureiro da campanha de Gleisi em 2010, Ronaldo da Silva Balthazar, no período de agosto e outubro daquele ano.

Também foram mapeados contatos telefônicos entre a própria Gleisi e o empresário Ernesto Rodrigues, outro alvo de pedido de indiciamento feito pela PF.

As informações passadas por Antonio Carlos Pieruccini aos investigadores reforçam as versões apresentadas por outros dois delatores, o doleiro Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras.

Em depoimento ao Ministério Público Federal, o doleiro afirmou que deu R\$ 1 milhão à campanha que elegeu Gleisi Hoffmann (PT-PR) ao Senado, em 2010.

Gleisi foi também chefe da Casa Civil no governo da presidente Dilma Rousseff entre junho de 2011, quando Antonio Palocci deixou o cargo, e fevereiro de 2014.

Segundo o doleiro, o montante foi entregue em quatro parcelas, em espécie, ao dono do shopping Total de Curitiba, Michel Gelhorn. Três das parcelas foram entregues no próprio shopping, de acordo com Youssef.

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa já havia citado em sua delação que a campanha de Gleisi recebera R\$ 1 milhão, a pedido do então ministro Paulo Bernardo. O pedido da PF será analisado pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, que vai pedir à Procuradoria-Geral da República um parecer sobre o caso.

## OUTROLADO

Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo negaram a participação em qualquer ato ilícito. Em nota oficial, os petistas argumentam que “todas as provas que constam no inquérito comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor” por parte deles. O casal sustenta que são “inúmeras as contradições” nos depoimentos dos delatores. “Um deles apresentou, nada mais, nada menos, do que cinco versões diferentes para esses fatos, o que comprova ainda mais que eles não existiram”, informa o comunicado. A reportagem não conseguiu localizar os representantes de Ernesto Rodrigues até as 19h.

01 ABR 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### OPINIÃO DO LEITOR

#### **Moro: carreira política!**

O juiz Sérgio Moro jogou tudo no ventilador com a publicação de escutas telefônicas do ex-presidente Lula com a presidente Dilma Rousseff. Essa atitude, aparentemente, foi um desabafo frente aos desmandos e falta de vergonha na cara que o sistema político propicia aos que detêm o poder. Muitos juristas e analistas políticos consideram as escutas e, principalmente, sua liberação para a imprensa uma manobra ilegal e até inconstitucional. Não é de se admirar que o juiz Moro esteja estarecido e desacreditado com a Justiça brasileira. Ou será que alguém em sua consciência acredita que o STF vai julgar e punir Lula, Dilma e toda a sua corja com o rigor necessário? Essa manobra de Moro foi claramente política, mesmo que não seja legal ou constitucional. Ele se viu acuado e sem alternativas quando Dilma usou outra manobra, essa sim "legal", para proteger seu padrinho político. Resta agora a Moro abandonar a carreira de juiz e partir para a política para lutar por uma reformulação total no sistema legislativo brasileiro. Tem meu voto!

**VALMOR PEDROSO** (empresário) – Londrina

01 ABR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Operadora informou Moro sobre grampo telefônico em escritório de advocacia

Ofícios enviados por empresa de telefonia ao juiz federal colocam em xeque afirmação feita por ele ao Supremo de que desconhecia as interceptações.

A operadora de telefonia que executou a ordem para interceptar o ramal central do escritório de advocacia Teixeira, Martins e Advogados já havia informado duas vezes ao juiz federal Sergio Fernando Moro que o número grampeado pertencia à banca, que conta com 25 advogados. Apesar disso, em ofício enviado ao Supremo Tribunal Federal nesta semana, Moro afirmou desconhecer o grampo determinado por ele na operação "lava jato".

Dois ofícios enviados pela Telefônica à 13ª Vara Federal de Curitiba, no dia 23 de fevereiro (quando foram determinados os grampos) e outro do dia 7 de março (quando foram prorrogadas as escutas), discriminam cada um dos números que Moro mandou interceptar. Os documentos deixam claro que um dos telefones grampeados pertence ao Teixeira, Martins e Advogados, descrevendo, inclusive, o endereço da banca.

Os documentos estão no processo que determinou a quebra do sigilo também dos telefones do Instituto Lula e de seu presidente, Paulo Okamoto; do Instituto de Pesquisas e Estudos dos Trabalhadores; bem como de Vania de Moraes Santos, Elson Pereira Vieira e

Clara Ant. Os ofícios colocam em xeque a afirmação feita por Moro em documento enviado ao Supremo no último dia 29, no qual o juiz confirma ter autorizado o grampo no celular do advogado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Teixeira, mas diz não saber das interceptações telefônicas do seu escritório.

Ao se explicar para o STF, Moro afirmou: "Desconhece este juízo que tenha sido interceptado outro terminal dele [Roberto Teixeira] ou terminal com ramal de escritório de advocacia. Se foi, essas questões não foram trazidas até o momento à deliberação deste juízo pela parte interessada".

Além dos documentos da empresa Telefônica enviados a Moro em fevereiro e março, o próprio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil já havia enviado um ofício ao juiz federal requerendo informações sobre a interceptação dos telefones do escritório Teixeira, Martins e Advogados durante a "lava jato", uma semana antes de o juiz enviar ao STF o documento interpretado como um pedido de desculpas pelos transtornos causados com a divulgação de conversas da presidente Dilma Rousseff.

A assessoria de imprensa da Justiça Federal do Paraná afirmou que não vai se manifestar sobre o assunto. Esta reclamação, especificamente, aponta o fato de as interceptações registrarem diálogos com a presidente da República, Dilma Rousseff, e com outros agentes públicos que detêm prerrogativa de foro. Teori decidiu que cabe apenas ao STF decidir sobre a necessidade de desmembramento de investigações que envolvam autoridades com prerrogativa de foro.

A reportagem mostrou que o Ministério Público Federal indicou o número do escritório como se fosse de uma empresa do ex-presidente Lula (Lils Palesstras e Eventos), conseguindo que segredos e estratégias de defesa em centenas de casos chegassem às mãos dos acusadores antes de serem levadas aos tribunais.

01 ABR 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Ministro Barroso diz que foro privilegiado é "desastre para o país"

"Foro por prerrogativa de função é um desastre para o país, a minha posição é extremamente contra." A opinião é do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso, que palestrou em uma universidade particular de Brasília.

A manifestação de Barroso acontece poucas horas antes de ele participar do julgamento no qual o Supremo Tribunal Federal vai decidir se o inquérito envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da operação "lava jato" permanece na primeira instância em Curitiba ou se será enviado ao STF.

Barroso justifica sua opinião: "É péssimo o modelo brasileiro e estimula fraude de jurisdição, na qual, quando nós julgamos, o sujeito renuncia, ou quando o processo avança, ele se candidata e muda a jurisdição. O sistema é feito para não funcionar".

O ministro admitiu a possibilidade de que haja proteção institucional a algumas autoridades eleitas, mas defendeu mais uma vez a criação de uma vara especial em Brasília, de primeira instância, exclusivamente para julgar autoridades.

"A autoridade, o parlamentar, as pessoas que estão expostas às vezes a um determinado tipo de má vontade ou de perseguição, elas podem ter algum tipo de proteção institucional, mas isso se realizaria com juízo de primeiro grau, em Brasília, com recursos para o Supremo ou

o Superior Tribunal de Justiça", disse Barroso à plateia formada por alunos de Direito.

Na saída do evento, o ministro evitou comentar, em entrevista a jornalistas, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, em curso no Congresso Nacional. Na última sexta-feira (25/3), ele disse a integrantes da comissão especial de impeachment da Câmara que o STF não vai mudar a decisão que foi tomada pelo Plenário da Casa sobre a admissão do processo de impedimento de Dilma.

O Plenário vai deliberar sobre a decisão liminar do relator, ministro Teori Zavascki, de determinar a remessa ao STF de procedimentos em trâmite na 13ª Vara Federal de Curitiba que envolvam interceptação de conversas telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

01 ABR 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Ministério não pode negar registro de produto com similar permitido

O Ministério de Agricultura não pode negar registro a um tipo de produto que vem sendo comercializado por outras empresas. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao confirmar sentença que proibiu o ministério de vedar o registro da mortadela armazenada em temperatura ambiente, produzida por uma indústria de alimentos sediada em Cambé (PR).

A agroindústria ajuizou ação contra a União após ter o registro do seu produto negado, alegando que o órgão federal está fazendo distinção entre empresas.

O ministério argumentou que a negativa ocorreu porque estão sendo feitos estudos para comprovar se a mortadela conservável em temperatura ambiente não é prejudicial ao consumo humano, salientando que novos registros estão sendo negados até a conclusão da pesquisa. O juízo de origem deu razão à empresa do Paraná, e a sentença foi remetida ao TRF-4 para o necessário reexame, como manda o Código de Processo Civil.

Para a relatora do processo na 4ª Turma, desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha, o ministério errou na falta de coerência e motivação. A seu ver, se não existem dados seguros que comprovem que o consumo de mortadela armazenada em temperatura ambiente não prejudica a saúde humana, a medida justificável seria a suspensão por completo da produção e comercialização do produto, com o que denotaria efetiva preocupação com a saúde pública.

### Supremo valida diferença de alíquotas de contribuições em folha

É constitucional a diferença de alíquotas quanto às contribuições previdenciárias incidentes na folha de salários de instituições financeiras, a partir da edição da Emenda Constitucional 20/1998. A tese foi definida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nesta quarta-feira (30/3), ao julgar um recurso com repercussão geral reconhecida. Pelo menos 74 processos estavam suspensos aguardando a decisão deste caso.

O recurso analisado foi interposto pelo Banco Dibens contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que julgou constitucional o artigo 22, parágrafo 1º da Lei 8.212/1991. Este dispositivo institui uma contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários, a ser paga por bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, de financiamento, entre outros.

De acordo com o TRF-3, reconhecer que empresas de ramos diferentes têm margens de lucro distintas, sendo atribuídas alíquotas diferenciadas segundo a atividade desenvolvida, não fere o princípio da isonomia e tampouco o da capacidade contributiva. Segundo o ato questionado, essa situação foi autorizada pela própria Constituição, em seu artigo 195, parágrafo 9º.

### Liminar garante liberdade a argentinos que brigaram em boate

O ministro Rogerio Schietti Cruz, do Superior Tribunal de Justiça, concedeu liminar a três dos sete jogadores de rúgbi argentinos acusados de lesão corporal grave durante briga ocorrida no dia 11 de março em uma casa noturna do Rio de Janeiro. Segundo o ministro, eles não poderiam ter sido presos apenas por tentar voltar ao seu país, quando estavam amparados por uma decisão judicial que havia afastado a proibição de deixar o território brasileiro.

Logo após a briga na boate, em que ficaram feridos um delegado da Polícia Civil e outras pessoas, os atletas da equipe Los Cedros, de Buenos Aires, foram detidos e levados à audiência de custódia, na qual o juiz ordenou a prisão de quatro deles. Ignacio Iturraspe, Fermin Francisco Ibarra e Matias Agustin Tapia Gomez foram liberados, pois o magistrado não verificou indícios suficientes de sua participação nas agressões, mas ficaram proibidos de deixar o país.

A defesa dos três argentinos entrou com Habeas Corpus no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e conseguiu liminar para que pudessem retornar às suas casas. No entanto, o Ministério Público ofereceu denúncia contra todos os sete atletas, e, ao recebê-la, o juiz decretou a prisão preventiva dos acusados. Os três foram presos quando já estavam dentro do avião que os levaria à Argentina.

Ao analisar o pedido de Habeas Corpus impetrado no STJ, o ministro Schietti observou que a ordem de prisão contra os três se baseou no fato de serem estrangeiros, sem residência no Brasil, e estarem tentando se aproveitar da liminar do TJ-RJ para deixar o país às pressas.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

01 ABR 2016

## Gleisi na chincha

Enfim, a Polícia Federal indiciou o casal de ouro do PT do Paraná, que chegou a fazer ponto y banca no governo de Dilma Rousseff. A senadora ex-ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, PT, e o seu marido e operador, ex-ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foram indiciados ontem por corrupção passiva pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Lava Jato.

A senadora é apontada pela Polícia Federal como beneficiária do esquema de corrupção na Petrobras. O doleiro Alberto Youssef afirmou, em delação premiada, que deu R\$ 1 milhão para a campanha de 2010 da então ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman (PT-PR). De acordo com o doleiro, a entrega do dinheiro foi feita em quatro parcelas: três em um shopping e outra na casa dele, em um condomínio de alto padrão da capital paranaense. O marido, Paulo Bernardo, era o operador e tem o que contar sobre o que fazia no Ministério do Planejamento e no Ministério da Comunicação. O homem era bom de correios.

## Lula vira o jogo no STF

Lula tinha razão, ele disse que seria capaz de virar o jogo no STF. Ontem, os ministros crucificaram Sergio Moro para proteger Lula, Dilma e semelhantes. Avança no STF a Operação Abafa o Moro; que significa derrubar a Operação Lava Jato e todo o trabalho do juiz de primeira instância para favorecer os indiciados por corrupção.

## Vergonha das vergonhas

A maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) votou na tarde de ontem pela confirmação da liminar dada pelo ministro Teori Zavascki no último dia 22, que determinou que o juiz federal Sérgio Moro envie para a corte as investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Teori também decretou o sigilo das interceptações telefônicas que foram divulgadas por Moro. Os diálogos eram de Lula com diversos interlocutores – inclusive a presidente Dilma Rousseff.

01 ABR 2016

# TRIBUNA DO PARANÁ

# CASAL SOB

# SUSPEITA



PF diz que casal recebeu R\$ 1 milhão em contratos da Petrobras.

## Gleisi Hoffmann e marido, ex-ministro Paulo Bernardo, são indiciados por corrupção

**A** Polícia Federal indiciou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o ex-ministro Paulo Bernardo (Planejamento e Comunicações do governo Lula) por corrupção passiva, na Operação Lava Jato, ao concluir que o casal recebeu R\$ 1 milhão de propina oriundo de contratos da Petrobras. A senadora petista teria recebido o valor em espécie na campanha de 2010 pra custear as despesas da eleição ao Senado. Também foi indiciado o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, de Curitiba.

Segundo a PF, o ex-ministro Paulo Bernardo teria solicitado a quantia ao doleiro Alberto Youssef ou ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa para custear a campanha. Pra PF, Paulo Bernardo tinha conhecimento de que os valores eram ilícitos, caso contrário não teria solicitado a Costa. A

PF ainda aponta que Rodrigues recebeu o valor em quatro parcelas a pedido da senadora e do marido.

Durante as investigações, a PF encontrou na agenda de Costa a inscrição a "1,0 PB" e confirmou que se tratava do ex-ministro. Os valores, segundo os federais, foram levados de São Paulo a Curitiba por Antonio Carlos Fioravante Pieruccini, que documentou todo o local da entrega. A PF identificou ainda registros telefônicos que confirmariam a propina para a campanha. À PF, Gleisi também negou ter recebido os valores. No inquérito, Paulo Bernardo negou que tivesse solicitado os valores para a campanha de Gleisi. O ex-ministro alegou na época que havia uma orientação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que os ministros não se envolvessem na arrecadação das campanhas.

### "CONTRADIÇÕES"

Em nota, a senadora afirmou que "todas as provas que constam no inquérito comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor pela senadora Gleisi Hoffmann

ou pelo ex-ministro Paulo Bernardo". Segundo a petista, "são inúmeras as contradições nos depoimentos dos delatores, às quais tiram toda a credibilidade das supostas delações".

01 ABR 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Lula nas mãos do Supremo

AE - Brasília

Por oito votos a dois, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem a liminar do ministro Teori Zavascki ordenando que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, remeta ao STF as interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todas as investigações correlatas. Nos áudios interceptados, Lula aparece conversando com vários interlocutores que só podem ser investigados pelo Supremo, como a presidente Dilma Rousseff. Zavascki reiterou que, quando há envolvimento de autoridade com foro privilegiado em investigação conduzida por

uma instância inferior, os autos devem ser enviados à Suprema Corte. O STF não entrou no debate sobre qual parte das investigações de Lula deve ficar com Moro e quais trechos são de competência do STF. Isso será feito posteriormente. O STF ainda tem de decidir, nas próximas semanas, se é válida a posse do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil.

Acompanharam Teori os ministros Edson Fachin, Luís Rober-



to Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. O ministro Gilmar Mendes não estava presente. Apenas Luiz Fux e Marco Aurélio Mello discordaram parcialmente da decisão de referendar a liminar.

Em defesa da presidente Dilma, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, disse que a decisão de Moro em manter os grampos viola a Constituição.

### DEFENSORIA PÚBLICA

Um ano depois do resultado oficial do concurso, 36 defensores públicos tomaram posse e passaram a integrar o quadro da Defensoria Pública do Paraná (DPPR). O órgão passa a ter 109 profissionais. Os novos servidores vão possibilitar a ampliação de 11 comarcas e a instalação de sedes da DPPR em outros quatro municípios paranaenses. Apesar de comemorada pelo órgão, a posse dos novos defensores públicos não resolve o problema da sobrecarga e do alcance da DPPR ainda restrito a apenas 16% dos 399 municípios paranaenses - agora, são 25 comarcas que abrangem 66 cidades. A maior parte dos 36 empossados nesta semana assumem posições deixadas pelos 22 que pediram exoneração desde 2011, quando a DPPR realizou o primeiro concurso e empossou 95 profissionais.

### FÃS DE MORO

Quem passa pela Avenida Anita Garibaldi, em frente ao prédio da Justiça Federal em Curitiba, já deve ter se acostumado aos laços verde-e-amarelos presos às árvores e aos postes da região, assim como às frequentes manifestações em apoio à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro. Nesta semana, o cenário ganhou duas barracas de lona e madeira que foram instaladas na praça em frente à Justiça para abrigar apoiadores mais 'ferrenhos'. Aproximadamente 15 pessoas se revezam no local. Os materiais foram comprados graças a uma vaquinha feita pelo grupo, mesma estratégia utilizada para o aluguel de um banheiro químico, que deverá ser deixado no local ainda hoje. Já os alimentos são fornecidos, em geral, por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), mas o chamado "quartel general contra a corrupção e a favor de Sérgio Moro" não é ligado a um único grupo: todos que se identificarem são bem-vindos.

01 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

## PF indicia Gleisi e o marido por corrupção passiva

Senadora petista e Paulo Bernardo teriam recebido R\$ 1 milhão de contratos superfaturados da Petrobras nas eleições de 2010

*Kelli Kadanus, com agências*

Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo negaram à polícia qualquer participação em esquemas de corrupção.

Pieruccini, que firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal e documentou todo o local da entrega. A PF identificou ainda 25 registros telefônicos que confirmariam o desvio da propina para a campanha.

À PF, Gleisi negou ter recebido os valores. No inquérito, Bernardo negou que tivesse solicitado os valores para a campanha da esposa. O ex-ministro alegou na época que havia uma orientação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que os ministros não se envolvessem na arrecadação das campanhas.

Em sua delação premiada, o dono da UTC Engenharia Ricardo Pessoa contou que Bernardo lhe pediu financiamento para a campanha de Gleisi. Segundo o empreiteiro, as doações ao caixa oficial da campanha e também para ao Diretório Nacional do PT foram registradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O pedido da PF será analisado pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF, que vai pedir à Procuradoria-Geral da República um parecer sobre o caso.

■ A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o indiciamento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-chefe da Casa Civil no governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014, e de Paulo Bernardo, marido dela e ex-ministro do Planejamento e das Comunicações no governo Lula, por corrupção passiva.

A investigação concluiu que o casal recebeu R\$ 1 milhão de propina oriundo de contratos superfaturados da Petrobras, entre agosto e outubro de 2010, para custear as despesas da campanha eleitoral de Gleisi ao Senado. No mesmo inquérito foi indiciado o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, que teria recebido o valor em quatro parcelas a pedido da senadora e do marido.

Segundo a PF, Paulo Bernardo teria solicitado a quantia ao doleiro Alberto Youssef e ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Para a PF, o ex-ministro tinha conhecimento de que o dinheiro tinha origem ilícita.

Durante as investigações, a PF encontrou na agenda de Paulo Roberto a inscrição "1,0 PB" e apurou que se tratava do ex-ministro. Os valores, segundo os federais, foram levados de São Paulo a Curitiba por Antônio Carlos Fioravante

## OUTRO LADO

Em nota, Gleisi Hoffmann afirmou que "todas as provas que constam no inquérito comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor pela senadora ou pelo ex-ministro Paulo Bernardo". "São inúmeras as contradições nos depoimentos dos delatores, as quais tiram toda a credibilidade das supostas delações. Um deles apresentou, nada mais, nada menos, do que cinco versões diferentes para esses fatos, o que comprova ainda mais que eles não existiram", diz um trecho da nota. O advogado de Gleisi, Rodrigo Mudrovitsch, não foi localizado para comentar o indiciamento.

## MICHEL TEMER

Em encontro com empresários em São Paulo e em sua conta no Twitter, o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), refutou a ideia de que atrapalharia as investigações da Lava Jato caso assumisse a Presidência em um eventual impeachment da presidente Dilma. "Dizer que eu poderia interferir em processo judicial, levado adiante em função da posição do Ministério Público: isso jamais eu faria. No país cada um cumpre a sua função."

01 ABR 2016

## GAZETA DO POVO

# Supremo decide que investigações sobre Lula devem ficar no STF

● Por 8 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão provisória do ministro Teori Zavascki que mandou o juiz Sergio Moro enviar todas as investigações envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato para a Corte, porque alcançaram autoridades com foro privilegiado.

Relator da Lava Jato no STF, Teori afirmou que “eventuais excessos bem intencionados” podem colocar em risco a validade de investigações, em recado indireto a Moro. O ministro disse “que será difícil”, por exemplo, confirmar a validade do grampo feito pela força-tarefa da Lava Jato de um telefonema entre a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, no qual tratavam do termo de posse do petista para a Casa Civil.

O relator considerou ilegal a divulgação das interceptações e quer avaliar de quem é a competência para continuar as apurações envolvendo Lula: se o caso ficará no Supremo ou se permanecerá na Justiça do Paraná.

Segundo Teori, não cabia a Moro avaliar se existiam ou não indícios de que pessoas com foro cometeram crimes, sendo atribuição do STF fazer essa análise.

O ministro afirmou que, como o telefonema de Dilma dizendo que mandaria o termo de posse para Lula foi gravado após a Justiça mandar parar a interceptação, haverá dificuldades para confirmar esta prova. “A validade da gravação não está em causa, embora aparentemente uma das mais importantes conversas foi gravada depois de ter sido suspensa a ordem de interceptação. Será difícil convalidar a validade dessa prova”, disse Teori.

“Eventuais excessos que se possam cometer, com a melhor das intenções de apressar o desfecho das investigações (...), pode se reverter num resultado contrário. Não será a primeira vez que, por ilegalidades no curso de apuração penal, o STF e o STJ anularam procedimentos penais.”

Teori Zavascki, ministro do STF.

01 ABR 2016

# GAZETA DO POVO

## Fãs de Moro acampam em frente à sede da Justiça Federal

Vivian Faria

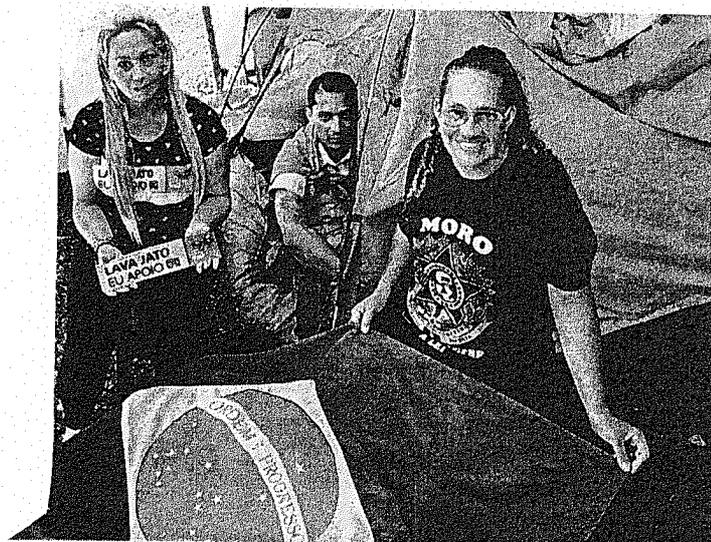
Especial para a Gazeta do Povo

● Quem passa pela Avenida Anita Garibaldi, em frente ao prédio da Justiça Federal em Curitiba, já deve ter se acostumado aos laços verde-e-amarelos presos às árvores e aos postes da região, assim como às frequentes manifestações em apoio à Operação Lava Jato e ao juiz Sergio Moro. Nesta semana, o cenário ganhou duas barracas de lona e madeira que foram instaladas na praça em frente à Justiça para abrigar apoiadores mais “ferrenhos”.

Segundo a dona de casa Joriane Aguni, o empresário Anderson Silva e a educadora infantil Elizeth Sgerne de Souza, trio que fazia o turno da tarde de ontem no acampamento, aproximadamente 15 pessoas se revezam no local. Os materiais foram comprados graças a uma vaquinha feita pelo grupo, mesma estratégia utilizada para o aluguel de um banheiro químico, que deverá ser deixado no local ainda hoje.

Já os alimentos são fornecidos, em geral, por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), mas o chamado “quartel general contra a corrupção e a favor de Sergio Moro” não é ligado a um único grupo: todos que se identificarem são bem-vindos.

Além de serem favoráveis ao impeachment de Dilma, os “acampados” defendem a saída de todos os políticos corruptos de seus cargos, assim como a punição dos empresários que participarem em crimes que lesam o país. “Os políticos estão usando a máquina pública para prejudicar quem, na minha opinião, é o herói do país, o juiz Sergio Moro”, diz Anderson. Por isso, ele e suas companheiras não pretendem deixar o local.



Joriane, Anderson e Elizeth: acampamento contra a corrupção.

01 ABR 2016

## GAZETA DO POVO

**“Meu Deus! Essa é a  
nossa alternativa de  
poder?”, diz Barroso**

Em meio à discussão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff pelo Congresso, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso afirmou ontem que o país enfrenta falta de alternativa na política e citou o PMDB, partido que desembarcou do governo nesta semana. O ministro fez referência à foto de lideranças do PMDB nas capa dos jornais do país. “[Ao olhar para o jornal:] Meu Deus do céu! Essa é a nossa alternativa de poder?”, disse o ministro. “O problema da política, neste momento, eu diria que é a falta de alternativa. Não temos para onde correr.”

01 ABR 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

### O ato falho do ministro

Com o aumento da possibilidade de o impeachment contra a presidente Dilma passar no Congresso, ficam mais claras as posições de cada um dos atores no atual cenário político. O papel principal, nos últimos dias, tem sido exercido pelo PMDB, principalmente pelo vice-presidente da República, Michel Temer, afinal, ele é o provável sucessor da presidente deposta (caso isto ocorra). Mas as ações do PMDB parecem ter chocado até mesmo aqueles que trabalham pelo impeachment, como é o caso do senador Aécio Neves, que já chamou a atenção pela possibilidade de o PMDB iniciar uma negociação de cargos para um eventual governo. Mas a reação mais inesperada partiu do ministro do STF Luís Roberto Barroso. O magistrado, que já demonstrou em diversas oportunidades ser uma pessoa isenta não resistiu ao comentar um possível governo peemedebista: "Meu Deus do Céu!". ■

### Michel Temer nega que "estaria negociando cargos"

O vice-presidente Michel Temer disse que é "muito procurado", mas não promove negociações de cargos em um possível governo, caso a presidenta Dilma Rousseff seja afastada pelo Congresso. Temer declarou que não trata "sequer do assunto, do que possa ou não possa acontecer".

Eleito e reeleito na chapa de Dilma Rousseff, Michel Temer é o primeiro na linha sucessória, e assumirá a Presidência caso os parlamentares aprovem o impeachment por crime de responsabilidade, em tramitação no Congresso Nacional. ■

01 ABR 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# STF mantém investigações sobre Lula em Brasília

### Plenário confirmou decisão do ministro Teori Zavascki



Por oito votos a dois, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde desta quinta-feira (31) que as investigações da Operação Lava Jato sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva devem permanecer na Corte.

A maioria dos ministros decidiu manter a decisão anterior do ministro

relator, Teori Zavascki. Com a posição do plenário, a parte da investigação que envolve Lula permanecerá no STF e não com o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da operação na primeira instância.

No voto, o ministro Zavascki afirmou que, apesar da questão da legitimidade das inter-

ceptações das conversas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não fazer parte do julgamento desta tarde, algumas das provas podem perder validade. O ministro citou o fato de uma das conversas ter sido gravada depois do pedido para que as interceptações fossem suspensas. ●

#### Julgamento sem data

A validade da nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar o cargo de ministro da Casa Civil do governo Dilma ainda não tem previsão para ser julgada no Supremo Tribunal Federal (STF). O mandado de segurança impetrado pelo PSDB e PPS está sendo instruído pelo ministro relator Gilmar Mendes e a data de julgamento não foi marcada.

01 ABR 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

# PF indicia Gleisi e Paulo Bernardo por corrupção

A Polícia Federal indiciou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o marido dela, o ex-ministro Paulo Bernardo, ao concluir o inquérito sobre as suspeitas de que dinheiro desviado da Petrobras abasteceu em 2010 a campanha ao Senado da parlamentar. A PF afirma ter indícios suficientes contra Gleisi e o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, por suposto envolvimento em crime de corrupção.

A assessoria de imprensa da senadora informou por meio de nota que as provas do inquérito demonstram que ela e o marido não receberam dinheiro. "Todas as provas que constam no inquéri-



Divulgação

Paulo Bernardo e Gleisi negam ter recebido dinheiro

to comprovam que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor pela sena-

dora Gleisi Hoffmann ou pelo ex-ministro Paulo Bernardo", afirma o texto da nota. ●

01 ABR 2016

BEMPARANÁ

# Grampos de Lula ficam no Supremo

Ministros do STF mantiveram decisão que tirou investigação de interceptações telefônicas de ex-presidente de Sérgio Moro

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por oito votos a dois, confirmar ontem, a liminar do ministro Teori Zavascki ordenando que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, remeta ao STF as interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todas as investigações correlatas. Nos áudios interceptados, Lula aparece conversando com vários interlocutores que só podem ser investigados pelo Supremo, como a presidente Dilma Rousseff. Zavascki reiterou que, quando há envolvimento de autoridade com foro privilegiado em investigação conduzida por uma instância inferior, os autos devem ser enviados à Suprema Corte. "Quem tem que decidir isso é o Supremo. Não se pode tirar do Supremo essa competência. É o Supremo que tem que fazer esse juízo", afirmou Zavascki.

No julgamento de ontem, o STF não entrou no debate sobre qual parte das investigações de Lula deve ficar com Moro e quais trechos são de competência do STF. Isso será feito em momento posterior. Agora, os ministros apenas confirmam a liminar de Teori para manter, por enquanto, as investigações no Tribunal até que a Corte delibere sobre o desmembramento. O STF ainda tem de decidir, nas próximas semanas, se é válida a

posse do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil.

Acompanharam Teori os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski. O ministro Gilmar Mendes não estava presente no julgamento. Apenas os ministros Luiz Fux e Marco Aurélio Mello discordaram parcialmente da decisão de referendar a liminar.

Ambos defenderam que, como Lula não tem foro privilegiado, as investigações contra ele deveriam ser mantidas em Curitiba.

01 ABR 2016

METRO

# Investigação contra Lula segue no STF

**Judiciário.** Corte deve enviar parte do caso ao juiz Sérgio Moro. Petista continua sem foro

Por 8 votos a 2, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu manter a guarda de áudios e investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Lava Jato. O petista, porém, fica sem foro privilegiado e fora da Casa Civil, nomeação que ainda será julgada, sem data marcada.

A decisão de ontem valida a liminar do ministro Teori Zavascki e, na prática, adia um eventual fatiamento do processo, com remessa de acusações de investigados que não sejam autoridades para o juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato em Curitiba.

No voto, Zavascki falou da divulgação da conversa telefônica entre Lula e a presidente Dilma Rouseff e fez um alerta sobre o risco de a investigação ser cancelada por erros cometidos por juízes. "Já vi-



Teori decidirá os rumos do processo contra Lula | CARLOS HUMBERTO/STF

mos esse filme. Não será primeira vez que, por força do cometimento de ilegalidade no curso das apurações, o STF e STJ anularam procedimentos penais", afirmou, numa referência às operações Satyagraha e Castelo de Areia.

Embora sem entrar no mérito, Zavascki sinalizou que a conversa perdeu relevância.

"A validade da gravação não está em causa, embora aparentemente uma das mais importantes conversas, foi gravada depois de ter sido suspensa a ordem de interceptação. Será difícil convalidar a validade dessa prova", declarou.

Marco Aurélio e Luiz Fux foram votos vencidos porque queriam o envio imediato da

investigação de acusados sem foro ao Paraná. "A divulgação colocou mais lenha na fogueira, em prejuízo da nacionalidade e paz social", criticou Marco Aurélio.

## Defesa

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, afirmou que a divulgação de conversas da presidente caracterizou uma violação da Constituição porque atentou contra a intimidade, violou a lei das interceptações e, inclusive, regras de segurança nacional. "O sigilo da chefe de Estado é questão de segurança nacional", declarou.

Lula é investigado como suposto beneficiário de propinas de empreiteiras pagas em obras num triplex e num sítio, em São Paulo. O ex-presidente nega. **METRO BRASÍLIA**

01 ABR 2016

## METRO

### Lava Jato. PF indicia Gleisi e Paulo Bernardo

A PF (Polícia Federal) concluiu na última terça o inquérito contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT), que corre no STF (Supremo Tribunal Federal) no âmbito da Lava Jato.

Gleisi, segundo a acusação, recebeu R\$ 1 milhão desviados da Petrobras para sua campanha ao Senado em 2010 a pedido do marido, o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Uma agenda apreendida com o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa mostra as iniciais "PB" e "1,0", que significariam o pedido de repasse de R\$ 1 milhão feito por Paulo Bernardo.

O doleiro Alberto Youssef disse ter entregue R\$ 1 milhão em espécie a "um senhor em um shopping de Curitiba". Este senhor, o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, também foi indiciado.

A assessoria da senadora afirma que o conteúdo do inquérito prova "que não houve solicitação, entrega ou recebimento de nenhum valor" por Gleisi ou Bernardo.



Segundo a defesa da petista, os delatores não têm credibilidade, pois já houve "cinco versões diferentes para esses fatos". À época da abertura do inquérito, Costa disse ter recebido a demanda por Youssef, enquanto o doleiro dizia o contrário: que foi o ex-diretor da Petrobras quem levou o pedido a ele.

Além desse caso, Gleisi é investigada por supostos desvios do Ministério do Planejamento através da empresa de tecnologia Consist, alvo da 18ª fase da Lava Jato. O inquérito foi desmembrado e está na Justiça Federal em São Paulo. ● METRO CURITIBA

### Para TRF, pôquer não precisa de autorização

O TRF-4 (Tribunal Regional Federal) negou o pedido de uma empresa de Curitiba, que gostaria de obter o aval da Justiça para a realização de torneios de pôquer, seja presencialmente ou através da internet. Os desembargadores consideraram que a atividade é lícita, desde que não envolva apostas, e por isso não precisa de garantias do Judiciário.

No pedido, a empresa disse que a atividade 'sofria preconceito', argumento que não foi aceito. Para evitar o sentido de lucro, os torneios são organizados mediante pagamento de inscrição.